

PARECER TÉCNICO Nº 01/2022/DBAP**PALMAS, 07 de março de 2022.****PROCESSO:** 2021/40310/000384**ASSUNTO:** Celebração de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, que tem por finalidade a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegida da Amazônia – ARPA.**INTRODUÇÃO**

O presente parecer técnico possui por objetivo a análise de viabilidade técnica de execução das atividades e programas objeto de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, que tem por finalidade a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegida da Amazônia – ARPA.

BASE LEGAL

- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- Lei nº 1.560, de 05 de abril de 2005;

MANIFESTAÇÃO

A importância dos espaços territoriais especialmente protegidos - Unidades de Conservação (UC) - tornou-se centro na estratégia de preservação ambiental da biodiversidade, uma vez que tais espaços, por sua natureza jurídica, possibilitam uma maior proteção quanto a eventuais antropizações.

O Estado do Tocantins conta atualmente com aproximadamente 95.000 km² de áreas de uso restrito e potenciais para conservação, onde 2.588,3 e 321,5 km² correspondem respectivamente as UC de proteção integral (PEJ, PEC e PEL) e Monumento Natural (Monaf).

O Parque Estadual do Cantão (PEC) caracteriza-se como o primeiro parque estadual do Tocantins, tendo sido criado por meio da Lei nº 996, de 14/07/1998. O PEC fica na região oeste do Tocantins, sendo limitado pelos rios Araguaia e Coco, e pela parte norte da Ilha do Bananal. Sua área atinge os 90.017,89 hectares e o objetivo de sua criação é proteger a fauna, flora e os recursos naturais com potencial turístico contidos no seu



interior, de forma que garantam o seu aproveitamento racional sustentável e a conservação dos ecossistemas locais.

A característica marcante do PEC é constituir-se em um ecótono entre o Cerrado e Floresta Amazônica, no entanto, ele apresenta elementos desses dois biomas e, também, do Pantanal. Além disso, o parque tem uma alta significância, considerando-se quatro pontos relevantes: (a) riqueza biológica (diversidade e altas populações de algumas espécies em vias de extinção - onça-pintada, ariranha e o pirarucu); (b) bom estado de preservação geral da área (bom estado de conservação da vegetação nativa); (c) função - sítio importante para a alimentação e reprodução de populações de peixe do médio Rio Araguaia, devido ao grande número de lagos e canais; (d) facilidades de acesso (terrestre e fluvial, de acordo com a sazonalidade climática).

Com esta característica de transição de Biomas, em sua grande maioria de fitofisionomia amazônica, que desde 2005 o PEC faz parte do Programa Áreas Protegida da Amazônia – ARPA, um programa do governo federal de conservação e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras. Criado pelo Decreto 4326/2002, ele tem como objetivo proteger os mais de 50 milhões de hectares da Amazônia brasileira através da expansão e consolidação de unidades de conservação (UCs).

O Programa representa hoje a principal estratégia de conservação da biodiversidade para o bioma amazônico. Por meio da criação, da expansão e do fortalecimento de unidades de conservação (UCs), o Arpa assegura recursos financeiros para a gestão e manutenção das UCs e a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Além disso, o Programa Arpa garante a efetividade de parte significativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), figuras como parte importante das políticas de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e busca manter bases ecológicas para o desenvolvimento do país.

Este programa atualmente está na sua terceira fase, sendo que em todas as fases anteriores o Parque Estadual do Cantão executou com êxito e excelência as metas propostas de manejo e proteção. Entre as ações inclui, identificação dos limites da unidade de conservação, fortalecimento do conselho, revisão de plano de manejo, aquisição de bens e serviços, entre tantas outras ações que visam a conservação e proteção do ecossistema existente na região.

Para a execução deste programa, além da equipe presente na sede da OEMA – TO, a unidade de conservação conta com uma equipe multidisciplinar na sede administrativa no município de Caseara, composta por supervisor, administrativo, guardas-parques e





TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



302 Norte, Alameda 01, Lote 03 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO

CEP: 77006-336 | TEL.: (63) 3218-2600 | www.to.gov.br/naturatins

brigadistas que planejam e desempenham funções primordiais na proteção e manejo diário da unidade.

CONCLUSÃO

Considerando a importância do Programa Áreas Protegida da Amazônia – ARPA, para a efetivação de gestão do Parque Estadual do Cantão – PEC, sobre o qual se realizou avaliação ex-ante que aponta a sua viabilidade e nos termos do art. 9º da Lei nº 1.560/2005, manifestamos favoráveis a Celebração de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente.

Warley Carlos Rodrigues
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas



Documento foi assinado digitalmente por WARLEY CARLOS RODRIGUES em 07/03/2022 15:03:52.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 55A115D700F7C3BD